

A QUESTÃO HABITACIONAL NA AMAZÔNIA E IMPACTOS DA COVID-19

Isabella Santos Corrêa¹

Leonardo Costa Miranda²

Mônica de Melo Medeiros³

Resumo: O artigo analisa alguns aspectos da questão habitacional que se relacionam com os impactos da Covid-19 na vida de trabalhadores/as pobres das cidades na Amazônia. Para isto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental tendo como pilar o materialismo histórico e dialético. Conclui-se que o cenário conjuntural brasileiro de ultraliberalismo e neoconservadorismo segue a tendência mundial de avanço do capital, ocasionando retrações nas políticas sociais que impactam sobremaneira a questão habitacional na Amazônia marcada por alarmante precariedade habitacional na população de

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). E-mail: isabellacorrea51@gmail.com/
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2430-3546>
lattes: <http://lattes.cnpq.br/6658511847718100>

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB).
E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2675-8448>
lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837326419188049>

³ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) e discente de doutorado do PPGSS/UFPA.
E-mail: monica.melom@yahoo.com.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5602-3661>
lattes: <http://lattes.cnpq.br/0410790372326282>

menor renda. Assim, verifica-se que a pandemia da Covid-19 desnuda as contradições do capitalismo global e sua crise, como também aponta a emergência de sua superação e ampliação das lutas sociais em defesa do direito à cidade e à moradia.

Palavras-chaves: Questão habitacional. Crise do capital. Covid-19. Amazônia.

LA CUESTIÓN DE LA VIVIENDA EN LA AMAZONIA E IMPACTOS DEL COVID-19

Resumen: El artículo analiza algunos aspectos de la cuestión de la vivienda que están relacionados con los impactos del Covid-19 en la vida de los trabajadores/as pobres de las ciudades en la Amazonía. Para eso fue realizada una investigación bibliográfica y documental teniendo como pilar el materialismo histórico y dialéctico. Concluye que el escenario de coyuntura brasileña del ultraliberalismo y el neoconservadurismo sigue la tendencia global del avance del capital, causando retracción en las políticas sociales que impactan fuertemente la cuestión de la vivienda en la Amazonía marcada por una precariedad habitacional alarmante para la población de baja renta. Así, se verifica que la pandemia del Covid-19 revela las contradicciones del capitalismo global y su crisis, así como su necesidad de superarse y expansión de las luchas sociales en la defensa de los derechos de la ciudad y la vivienda.

Palabras clave: Cuestión de la vivienda. Crisis do capital. Covid-19. Amazonía.

Introdução

A constituição sócio-histórica da classe trabalhadora no modo de produção capitalista e a forma como o Estado influencia no processo de formação das cidades é da maior importância para explicitar as transformações da questão habitacional (MELO, SANTANA, 2018).

Em meio ao processo de urbanização, tem-se a particularidade da urbanização na Amazônia brasileira que apesar de seguir a tendência da formação de outras cidades, possui algumas particularidades relacionadas a sua inserção na divisão territorial do trabalho que a coloca como lugar de superexploração da natureza e da força de trabalho e também, aquelas ligadas à questão regional.

Os elementos que conformam esse processo de urbanização apontam para uma produção e reprodução da pobreza na Amazônia que diante do cenário conjuntural brasileiro de ultraliberalismo e neoconservadorismo segue a tendência mundial de avanço do capital ocasionando retração das políticas sociais que impactam sobremaneira a questão habitacional na região, já marcada por alarmante precariedade habitacional concentrada na população de menor renda.

Portanto, no ano de 2020 frente a Pandemia do Novo Corona Vírus, os impactos direcionados à população de menor renda das periferias brasileiras e em particular, da Amazônia, toma aspecto singular. A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos, são os mais antigos espaços de exploração do sistema mundial capitalista, como afirma Osório (2018), portanto, constituindo-se em lugar de superexploração da classe trabalhadora e da natureza, da agudização da questão social, que se desnuda com a pandemia da Covid-19.

Em vista disso, o artigo analisa alguns aspectos da questão habitacional que se relacionam com os impactos da Covid-19 na vida de trabalhadores pobres das cidades na Amazônia com intuito de compreender como as particularidades do modo de viver e morar das famílias associadas a um processo de urbanização capitalista tornaram estas cidades foco de proliferação da Covid-19. Para isto

foi realizada pesquisa bibliográfica e documental tendo como pilar o materialismo histórico e dialético.

O artigo está organizado em dois momentos, dos quais o primeiro expõe aspectos da crise econômica mundial e o quanto esta crise do capital é desnudada pela crise pandêmica, impactando sobretudo os modos de viver e morar das populações amazônicas e o segundo, aborda as particularidades sócio-históricas da questão habitacional na Amazônia diante da Covid-19.

1 A crise pandêmica como crise do capital

A crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus em 2020 escancara as contradições presentes no modo de produção capitalista e agrava as desigualdades que são próprias do modo de ser da sociedade burguesa.

De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, ao final da primeira quinzena de dezembro totaliza-se 7.200.708 infectados no país e 186.205 óbitos confirmados. Mesmo que nesta segunda onda de contaminação verifique-se um aumento da taxa de contaminação e de óbitos a nível nacional, não houve mudanças estruturais que garantissem plenamente uma melhoria de acesso à saúde para a classe trabalhadora da região norte, demonstrando a completa ineficácia do modo de produção capitalista de produzir atendimento às necessidades básicas de forma igualitária e universal. Além disso, o próprio sistema em questão vem apresentando sinais nítidos de esgotamento⁴ a partir da década de 1970 (HARVEY,

⁴ É importante apontar que a disseminação de vírus que sofrem mutações tem se tornado cada vez mais recorrentes ao redor do globo, tendo como um fator

2020). O que nos leva a buscar compreender a estrutura e dinâmica do capitalismo como modo de produção que compõe contradições internas manifestadas em crises. Para melhor analisar os processos de crise do capital, afirma Harvey que:

Sob o capitalismo, considero inevitáveis as crises, independentemente das medidas adotadas para mitigá-las. [...] No entanto, para a engenhosidade humana e para a ação política, é possível a alteração do ritmo, da extensão espacial e da forma de manifestação da crise. [...] Porém, aproveitar o momento de crise como oportunidade para uma criativa mudança revolucionária exige entendimento profundo de como as crises se formam e se desenvolvem (HARVEY, 2005, p. 133-134).

Voltando à história, durante 30 anos, chamados por Mandel (1990) como “30 anos gloriosos do capitalismo” – período que inicia no fim da Grande Segunda Guerra Mundial e termina nos primeiros anos da década de 1970 –, o sistema vigente, orientado pelas teorias keynesianas, apresentou uma série de políticas econômicas que contribuíram para avanços na estrutura produtiva, o que colaborou para um processo de acumulação do capital em níveis de centralização e concentração nunca vistos.

Consequência do contexto favorável ao padrão de acumulação fordista/taylorista, a reestruturação produtiva racionalizou a

importante a relação entre homem e natureza. Relação que ao ser atravessada pelo capital, torna-se predatória, ou seja, a maneira como a natureza tem sido perturbada pelo sistema capitalista tem ocasionado significativos problemas no que diz respeito ao socio-metabolismo do planeta (HARVEY, 2020). Nesse sentido, a pandemia da Covid-19 coloca em evidência as contradições de classe no contexto de crise do capital, que é um elemento central para compreender a totalidade de determinações desse modo de produção, analisando que o avanço desmedido do capital sobre todas as formas vida gera efeitos graves ao meio ambiente em tempos de capitalismo avançado.

produção, fazendo com que a exploração sobre o trabalho aumentasse a extração da mais-valia. Assim, em alguns países europeus, foi possível visualizar uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores, especialmente devido à criação/ampliação de políticas sociais voltadas a este segmento da sociedade.

Contudo, algum tempo depois, o *Welfare State* começou a apresentar sinais de esgotamento. Coutinho (2008) afirma que o limite deste tipo de modelo de Estado residia no fato de que a ampliação crescente dos direitos sociais, era, a longo prazo, incompatível com a lógica da acumulação capitalista, sendo estes serviços apontados como os responsáveis pela crise dos chamados excessivos gastos sociais, o que foi fortemente difundido pelo discurso daqueles que defendiam um Estado mínimo no campo das políticas sociais.

Frente à crise do modelo taylorista/fordista de produção e a deslegitimação do *Welfare State*, o capital reorganizou-se, tendo como uma das respostas o avanço do neoliberalismo e a acumulação flexível. Dentre as consequências desta reestruturação, podem ser citados o desemprego estrutural e um maior número de trabalhadores em condições cada vez mais precárias. Neste contexto, o neoliberalismo restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável (NETTO, 2012).

No campo da política social os ataques forjados no neoliberalismo seguem desde 1990, quando:

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmen

te redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, quais seja: a privatização, a focalização e a descentralização [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Entretanto, com o ajuste fiscal firmado pela Emenda Constitucional PEC- 95 de 15 de dezembro de 2016, estabelecendo o Novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União tem-se prejudicados os principais serviços públicos para a população de menor renda, como educação, saúde, entre outros. Tem-se assim uma alta significativa das taxas de desemprego no país, totalizando no terceiro trimestre deste ano 14,1 milhões de desempregados, mais alta taxa da série histórica iniciada em 2012. Situação que reverbera na informalidade do trabalho aumentando exponencialmente a precarização do trabalho e conseqüentemente, na queda das condições de vida da trabalhadores/as que sofrem as conseqüências do desfinanciamento das políticas sociais.

Assim, o sistema capitalista demonstra uma forte incapacidade de superar suas próprias crises, procurando contorná-las por meio de alternativas que apenas as aprofundam, e, concomitantemente, impossibilitam o acesso das famílias às condições básicas de vida e reprodução social. De certo, uma das determinações desta incapacidade é a própria dinâmica do sistema que se baseia pela busca e acumulação incessante por lucro. Assim, a própria lógica do sistema capitalista pode ser considerada uma grande crise, na medida em que “assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica [...], como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma crise estrutural cada vez mais profunda (MÉSZAROS, 2011, p. 118).

Por isso, não é forçoso afirmar que há uma relação dialética na análise da pandemia do novo coronavírus, pois ao mesmo tempo que a Covid-19 aprofunda a crise estrutural do capital, vivencia-se o recrudescimento do capital por meio do ultraliberalismo e neoconservadorismo que por estar constantemente em crise, faz com que a pandemia fuja do controle e caminhe num sentido de barbarização da vida⁵.

Neste sentido, a pandemia da Covid-19 reflete as contradições mais profundas do capitalismo global. Por essas razões fundamentais, a pandemia de Covid-19 escancara as rachaduras existentes nas relações burguesas, embora seja estratégia recorrente da extrema-direita ocultá-las:

[...] a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modelo de produção capitalista é a crise. (MASCARO, 2020).

A eclosão da crise da Covid-19 demonstra a profunda crise do sistema capitalista de produção e desnuda as relações sociais do capital calcadas na forma-mercadoria (MASCARO, 2020). Esta forma mercadoria, da qual a habitação é parte, releva a essência do modo de produção capitalista que tem na mercantilização de todos os aspectos da vida social seu cerne. Não restando dúvida de que

⁵ Pode-se inferir que com a intensificação do processo de expropriação da classe trabalhadora, há uma agudização da questão social que se manifesta pelo racismo estrutural, pelas mais variadas opressões de gênero, raça e classe, fortalecimento da ofensiva neoconservadora e dos movimentos anti-ciência tão presentes neste ano em que se enfrenta a pandemia da Covid-19.

não há solução possível para a classe trabalhadora senão, o fim desta sociabilidade burguesa.

Portanto, é alarmante também que a classe trabalhadora, para sobreviver, seja empurrada ao trabalho, em condições de infraestrutura urbana de transporte público igualmente inadequadas, para vender a sua força de trabalho, produzir riqueza e contraditoriamente ser excluída do processo de apropriação. Portanto, “[...] o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (HARVEY, 2020, p. 21) que na Amazônia possui particularidades ligadas ao processo de urbanização e ocupação do solo.

2 Particularidades da questão habitacional na Amazônia diante da Covid-19

Segundo Santana (2018), a questão da habitação é uma das mais fortes expressões da questão social no Brasil, e, sendo assim, a Região Norte não foge desta tendência – na realidade, a problemática nesta região é ainda mais aprofundada se considerarmos o processo de urbanização e a intensificação da exploração da natureza e da força de trabalho.

A constituição social e histórica da urbanização nas cidades brasileiras se deu de forma desordenada, ao concentrar um grande contingente de pessoas em centros urbanos expressando a desigualdade social. As diferenças abissais de acesso à terra urbanizada caracterizaram as diferenças de classe ao deixar a população de menor renda entregue às condições de ocupação espontânea, tendo como pano de fundo a omissão estatal, mas também medidas que empurra-

ram a classe trabalhadora para as margens da malha urbana, caracterizando assim a contradição da intervenção estatal relegando a elas o pior acesso aos meios básicos para a sobrevivência:

[...] a grande cidade, mais do que antes, é um polo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. [...] e o fato de a população não ter acesso aos empregos necessários, nem os bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência (SANTOS, 2008, p.10).

Desta forma, o processo de urbanização capitalista caracterizado pelo crescimento acelerado e precário das cidades faz com que elas expressem as desigualdades sociais na ocupação do solo urbano. A falta de planejamento urbanístico e a necessidade de ocupação de áreas próximas aos centros urbanos, que oferecem uma melhor malha de serviços e trabalho, agravam ainda mais a questão habitacional brasileira.

Assim, a inserção da Amazônia no processo de urbanização significou uma abrangência de elementos próprios da economia mundial, contribuindo para a acumulação do capital através da extração de suas matérias primas; e, ao mesmo tempo, interfaces do velho e do novo que conformam uma resistência no tempo e no espaço preservando formas de viver.

Sobre esse aspecto cabe lembrar, “O fato é que, antes desse processo de colonização, sociedades diversas aí existentes já eram responsáveis não só pela formação de um espaço socialmente produzido, como por uma dada configuração do território” (TRINDADE JR, 2015, p. 309) E diante disso, as cidades da região ama-

zônica passam a receber enormes contingentes populacionais estimulados por ações governamentais e tiveram suas dinâmicas e seus espaços transformados e subordinados à nova ordem mundial (MARQUES, 2016). Este processo de adequação da região amazônica às exigências do grande capital, e, portanto, de suas cidades, à dinâmica capitalista gerou inúmeras consequências para a população e impactou demasiadamente na produção e reprodução da vida das famílias, que dada a reprodução da pobreza, não podem acessar a mercadoria habitação.

Conforme Marques (2019) afirma, a Amazônia passa a ser inserida na reprodução ampliada do capital, a partir de uma economia primária exportadora. A expansão da economia extrativista, conhecida pelo período da borracha⁶ – principal produto de exportação da Amazônia neste período – deu à região visibilidade dentro do cenário internacional, inserindo-a na dinâmica da divisão internacional do trabalho, com destaque às cidades de Manaus e Belém, que experimentaram intervenções urbanas ao conciliarem progresso e embelezamento das cidades (MARQUES, 2019).

Mesmo com alterações significativas no processo histórico da urbanização na Amazônia, a base econômica da região ainda hoje

⁶ O Estado implementa durante as décadas de 1965 a 1980, um conjunto de medidas políticas que asseguram a região na Divisão Internacional do Trabalho. A principal atração do processo de povoamento foi a estrutura criada pelas obras e intervenções do governo federal, a maior parte desse contingente populacional eram oriundas do Nordeste, como trabalhadores rurais e pequenos empresários. Essa dinâmica alterou a organização das cidades e, que em sua maioria, conforme Trindade Jr (2006) afirma, apresentam precária qualidade de vida, grande número de trabalhadores desempregados e empobrecidos. Este período passa a intensificar a urbanização da Amazônia com a continuidade do modelo desenvolvimentista, resultado de dinâmicas territoriais distintas que traduzem as estruturas mais amplas do mercado e sociedade expressos na cidade capitalista.

se concentra na implementação dos grandes projetos de exploração, sejam eles de exploração mineral, agropecuária ou madeireira. Isso reforça a análise de que a Região Amazônica se desenvolveu por meio de um processo de urbanização desigual, com realidades complexas e diversas em dinâmicas socioespaciais diferentes que as tornam particulares no âmbito da formação urbana (MARQUES, 2019).

Sob a hegemonia neoliberal adotada por diversos governos no Brasil, tem-se a concentração de ataques às políticas sociais no Brasil e na região. Uma de suas faces mais perversas nos colocou sob a égide do teto de gastos estabelecido pelo ajuste fiscal em 2016⁷ com ataques à saúde, educação, entre outros aspectos agravados pela pandemia da Covid-19 que chega ao Brasil em fevereiro e alerta para o débil desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado pela incapacidade das relações de produção garantirem a manutenção da vida de toda a população.

Um desses aspectos é demonstrado pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o qual revela que no mês de maio de 2020, menos de 9% da região Norte possuía Unidades de Terapia Intensiva (UTI) o que coloca a referida região com o cenário mais crítico para enfrentamento da Covid-19. Se considerarmos o aumento dos casos a partir do mês de outubro, que pode caracterizar a segunda onda de contaminação no Brasil, verifica-se que apesar da tendência de aumento ser a nível nacional, as regiões norte e nordeste do país permanecem com uma tendência alarmante, como podemos ver:

⁷ O cenário político de 2016 carregava uma conjuntura de agravamento da crise político-econômica, com medidas de contenção de gastos desde o Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Entretanto este quadro é acirrado durante o governo ilegítimo de Michel Temer que sancionou a Proposta de Emenda Constitucional PEC- 95.

Isso significa que hoje 14 Estados não possuem a quantidade mínima de UTIs no SUS para atender suas populações de forma satisfatória. São 6 da região norte (Amapá, Roraima, Pará, Tocantins, Acre, Amazonas), 7 do Nordeste (Alagoas, Maranhão, Ceará, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba) e o Rio de Janeiro. (REPÓRTER BRASIL, 2020)

Com este contexto de precarização, a questão da habitação também se coloca como um desafio a ser enfrentado. Tudo porque, se por um lado existe uma necessidade básica dos seres humanos de morar (MARX, ENGELS, 2007) com as particularidades do âmbito da subjetividade, da regionalidade, etc., de outro existem as respostas dadas pelo Estado para a questão da moradia e as estratégias tomadas pelos próprios sujeitos para a provisão da moradia, haja vista que, “exploradas ao vender sua força de trabalho, as pessoas se viram como podem para viver na cidade, autoconstruindo ou dividindo com muitos suas casas [...]” (ROLNIK, 2012, p.75). Como indica o quadro 01:

Quadro 1 - Número médio de moradores por domicílio (pessoas)/2019

Brasil e Grande Região	
Brasil	2,9
Norte	3,3
Nordeste	3
Sudeste	2,8
Sul	2,7
Centro-Oeste	2,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual, 2019

A concentração de um maior número de moradores por domicílio na região Norte, aponta não só uma particularidade regional

de famílias mais numerosas, mas também, dada as desigualdades econômicas e regionais, pode-se inferir que na região, a população tenha muito mais desafios para adquirir a mercadoria habitação, pois o rendimento médio real das regiões do país, centram seus menores valores na região Norte (R\$1.601) e Nordeste (R\$1.510). (IBGE, 2020).

Em junho de 2020, o Centro de Epidemiologia e Pesquisa Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), considerando os óbitos em proporção à população, apontava que a região Norte possuía o pior cenário do país (RODRIGUES, 2020)⁸. A pandemia chegou nos grandes centros urbanos, nas favelas, nas aldeias, entre outros espaços e territórios amazônicos, que, assim como as demais regiões, não estavam preparadas para lidar com o enorme contingente de pessoas infectadas. Estes dados por si só são preocupantes, no entanto, quando o contextualizamos em um período em que a pandemia da Covid-19 infecta milhões de pessoas diariamente, fazendo com que os hospitais não comportem as novas demandas, questiona-se o alcance da efetivação de direitos sociais na sociedade burguesa que não conseguem, no leque da proteção social, garantir a vida e sobrevivência da classe trabalhadora, em especial, mulheres e pretos, grupo no qual a Covid-19 tem maior letalidade.

Um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde expõe que a proporção de óbitos em pacientes pretos

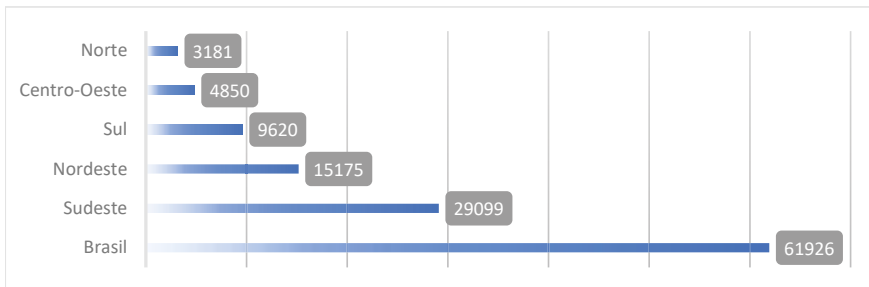
⁸ “E o Amazonas tem a situação mais preocupante: considerando os óbitos em proporção à população, o estado apresenta o pior cenário do país: 52,67 casos a cada 100 mil habitantes, até o dia 4 de junho. [...] no Pará, são 39,71 mortes a cada 100 mil habitantes; no Amapá, 30,03; em Roraima, 20,97; e no Acre, 20,52” (RODRIGUES, 2020).

e pardos⁹ foi maior do que a de brancos, mesmo por faixa etária, por nível de escolaridade, e em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano elevados. Desta forma, a chance de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) é 3,8 vezes maior que a de um paciente branco, mesmo a despeito de análises que indicavam a democratização da Covid-19 que não faz distinção de raça, classe ou gênero. Isto compõe o “Retrato de um Brasil em preto e branco que guarda estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo dependente, de via colonial, com relações sociais de produção ancoradas na escravidão e na violência patriarcal” (GONÇALVES, FAUSTINO, 2020, p.127).

Um outro ponto que merece atenção é a condição de saneamento básico das famílias, sobretudo pela importância da lavagem das mãos para conter o avanço da Covid-19. Dado este demonstrado no Gráfico 01, que confirma a falta de investimentos públicos no saneamento básico.

⁹ Isso explica-se pelo processo histórico de urbanização das cidades brasileiras em que “[...] encurralados/as nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituíram as primeiras aglomerações de favelas e permaneceram na grande franja de marginalizados/as criada pelo modo de produção capitalista. Também não é obra do acaso se são estes/as os descartáveis pela Covid-19. As péssimas condições de moradia são a ponta do iceberg do tratamento vil que o Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, deu a estes/as trabalhadores/as.” (GONÇALVES, FAUSTINO, 2020, p.140).

Gráfico 01 - Principal fonte de abastecimento de água por domicílio (mil unidades) rede geral de distribuição



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual, 2019

A alarmante condição de acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região Norte, segue uma tendência da urbanização brasileira, que concentra seus piores índices na população de baixa renda com famílias com rendimentos de até três salários mínimos. Essa tendência se refrata em cidades paraenses, onde tem-se estudos que apontam 100% das cidades estudadas com carência de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário (COSTA, 2016; MELO e SANTANA, 2018).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a principal fonte de abastecimento de água por domicílio/rede geral de distribuição demonstram que, a região Norte é a que menos possui abastecimento de água (3181 unidades). Este dado se assemelha com os do relatório do Programa Conjunto de Monitoramento (JMP) da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), *Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2000-2017: Special focus on inequalities* (2019) no qual, revela que, 1 em cada 10 pessoas (785 milhões) possuem carência de serviços básicos, incluindo os 144 milhões que bebem água não tratada. Diante dessa realidade, ainda é

demonstrado que, 8 em cada 10 pessoas que vivem em áreas rurais não têm acesso a esses serviços, o que pode ser analisado também na região Norte, que pela dimensão geográfica e territorial, a capital ao centralizar a gestão econômica, política e, portanto, de maior urbanização, torna-se o lugar como melhores condições de acesso a infraestrutura urbana e de serviços

Portanto, verifica-se que a crise sanitária da pandemia da Covid-19 tensiona os limites da sociedade burguesa de produzir riqueza e reproduzir pobreza em massa, sendo incapaz de possibilitar acesso a condições básicas de habitabilidade e saúde para a classe trabalhadora.

Considerações Finais

Diante do acirramento no campo dos direitos sociais na gestão neoliberal das políticas sociais, ao atender prioritariamente interesses do grande capital, o Estado contribui para a constituição de uma barbárie no ínterim da questão urbana. Seus rebatimentos na vida social implicam na produção e reprodução da extrema pobreza, na crise diante da falta de moradia para a população de menor renda e nos impactos na saúde que levam até a morte causada pela não garantia de direitos básicos, como vivenciado neste período de pandemia da Covid-19.

Deste modo, com a pandemia de Covid-19, não é somente a condição de precarização no acesso a água e esgotamento sanitário que se mostram alarmantes na região Norte, haja vista que esta demanda segue a tendência da urbanização das cidades capitalistas, que relegam à população de menor renda as piores condições de vida e moradia, pois a demanda por saneamento básico antecede a pande-

mia da Covid-19 e eclodem agora como emergência pública. Como ressalta a autora:

[...] de todas as mazelas decorrentes desses processos de urbanização, no qual uma parte da população está excluída do mercado residencial privado legal e da produção formal das cidades, uma das mais graves talvez possa ser indeterminada na área de saneamento (MARICATO, 2011, p.39).

Temos assim a concentração das piores condições de vida, moradia e trabalho na população de menor renda, que pode ser compreendida através das infindas dificuldades de acesso à terra urbanizada. Como podemos ver, a título de exemplo, em estudo sobre pequenas cidades paraenses:

A má distribuição de renda, que caracteriza estas pequenas cidades, resulta em um obstáculo para a universalização da cidadania, expresso na irregularidade fundiária, na habitação inadequada, na precariedade do saneamento ambiental, na baixa qualidade do transporte e nos déficits no acesso aos serviços de saúde e educação (SAKATAUSKAS, SANTANA, LEITÃO, 2018, 398).

Isto porque em um período de perdas irreparáveis, tem-se o governo federal adiando não só a aprovação de cadastros no auxílio emergencial, como também atrasando pagamento de parcelas, empurrando os trabalhadores ao trabalho e ao vírus mesmo em contexto de pandemia. Esta política genocida é demonstrada pela propagação de desinformação sobre a Covid-19, *Fake News*, estímulo a aglomerações, pela demora na indicação de um ministro da saúde e pelo foco central das intervenções adotadas em torno do ajuste fiscal e adoção de estratégias para assegurar capital para bancos e proteção de grandes fortunas.

Nessa direção, ao depararmos-nos com a urgência de um planejamento para a imunização de toda a população brasileira, tem-se a indagação do ministro da saúde, Eduardo Pazuello: “Para que essa ansiedade, essa angústia?”. Desconsiderando a perda irreparável de vidas e o aumento acelerado da taxa de contaminação na segunda onda da Covid-19. Sem contar que ao sinalizar o fim do auxílio emergencial, vivencia-se também o aumento do desemprego e do custo de vida, expressos pelo aumento do custo de aluguel e de insumos básicos tais como a alimentação, gás de cozinha e energia elétrica, nos colocando sem uma previsão efetiva de proteção às famílias de baixa renda. Aspectos que conformam um caos moldado por interesses muito bem delimitados e comprometidos com a classe burguesa ao sinalizarem saídas para esta crise confirmando que estas saídas não são neutras.

Tem-se assim, aspectos históricos da desigualdade social no Brasil e na Amazônia que revelam contradições de classe que se expressam na cidade capitalista, na questão da moradia e demonstram também a crise destrutiva desse sistema. Crise que analisada sob a ótica da teoria social marxiana, aponta para a emergência da superação da sociedade burguesa como caminho possível para solidificar a garantia de direitos para a maioria da população, a classe trabalhadora.

Referências

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** – São Paulo: Cortez, 2011

COSTA, N. M. S. V. **Produção habitacional em pequenas cidades paraenses:** Análise de Planos ociais de Habitação de Interesse

Social e Programa Minha Casa Minha Vida. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, 2016

COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo. Cortez, 2008.

GONÇALVES, R.; FAUSTINO, D. Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital. In: **Serviço Social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. (Org.). Rosângela Dias da Paz [et al.]. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p.124-146

HARVEY, D. “Política anticapitalista em tempos de COVID-19”. In: DAVIS, M. et. al. (Orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 129-162.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual, 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Agência IBGE notícias**. Ed: Estatísticas sociais, 2020

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: Riqueza, degradação e saque. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2019.

_____. **Fracasso do desenvolvimentismo regional?** Instituições e desenvolvimento na Amazônia. In: O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II. Editora Universitária UFPE: Recife, 2016

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007

MASCARO, A. **Crise e Pandemia**. Ed. Boitempo, 2010 (Edição Kindle)

MELO, M; SANTANA, J. A produção habitacional em pequenos municípios da Amazônia. V. 18 n. 1 (2018): **Revista Libertas** (jan. jun. 2018), p. 01-26

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

NETTO, José. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5ª Ed. – São Paulo: Ed Cortez, 2012b.

Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS). Nota Técnica 11 – 27/05/2020 Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Disponível em Acesso em: 23 de jul. 2020

OSÓRIO, J. **Sobre superexploração e capitalismo dependente**. Caderno C R H, Salvador v. 31, n.84, p.483-500, Set./Dez. 2018

REPÓRTER BRASIL. **Apagão de leitos, em meio à segunda onda**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/apagao-de-leitos-em-meio-a-segunda-onda/>> Acesso em: 18 dez. 2020.

RODRIGUES, L. **Pesquisa aponta região norte como epicentro da Covid-19 no país**. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/06/pesquisa-aponta-regiao-norte-como-epicentro-da-covid-19-no-pais.html>> Acesso em: 28 ago. 2020.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012

SAKATAUSKAS, G. L.B.; SANTANA, JOANA VALENTE; LEITAO, K. O.. Precariedade Habitacional em Pequenos municípios paraenses. **O social em questão** (ONLINE), v. XXI, p. 23-44, 2018.

SANTANA, J. V. “Habitação” In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE. 2018.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: USP, 2008

TRINDADE JR, S. C. “Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa”. **Revista Cidades**, Rio Claro, v. 12, n. 21, 2015.

_____. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, São Paulo, v. 26, p. 177-194, 2006.

UNICEF. **Progress on household drinking water, sanitation and hygiene: 2000 - 2017 - Special focus in inequalities**. New York: United Nations Children’s Fund (UNICEF) and World Health Organization, 2019. Disponível em: https://www.who.int/water_sanitation_health/publications/jmp-report-2019/en/